



ESTADO DO RIO JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº 065 /2015

Contrato que entre si celebram o Município de Paracambi, representada pelo seu Prefeito em exercício Tarciso Gonçalves Pessoa, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e, L F ANCHITE NETO ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.004.012/0001-64, sediada no endereço Rua Capitão Domingos Antonio Carvalho, 173 casa 01, Matadouro, Barra do Pirai/RJ, neste ato representada pela Sra. Juliana de Castro Paiva, portadora da carteira de identidade nº 11.496.849-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.855.507-37 denominada CONTRATADA, sob as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA CELEBRAÇÃO.**

Este **CONTRATO** teve sua celebração autorizada no processo nº 4096/2015, e a fundamentação legal na Lei Federal 10.520/2002, e, 8.666 de 21 de junho de 1993, observadas *in casu* toda a legislação pertinente aplicável a espécie.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO.**

Constitui objeto do presente **CONTRATO** a prestação de serviços da empresa especializada em cessão de licença de uso de sistemas informatizados (via internet) de lançamento, arrecadação, cobrança, controle, fiscalização, escrituração fiscal e gerenciamento de tributos municipais como ISS fixo, ISS estimado, ISS movimento econômico variável e simples nacional; taxas tributárias e preços públicos. Contendo os módulos do sistema comercial, com seus respectivos requisitos técnicos, pela **CONTRATADA**, na forma do projeto básico e instrumento convocatório constante do Processo Administrativo 4096/2015.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A execução do serviço será feito em conformidade com a proposta contratada, definição, descrição pormenorizadas, dos serviços ora contratados, que passa, para todos os efeitos a fazer parte integrante inseparável deste **CONTRATO**, independentemente da transcrição.



**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Em havendo interesse do **CONTRATANTE**, por força do disposto no §1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, a **CONTRATADA** esta obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, das compras ou serviços contratados, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do **CONTRATO**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO.**

A execução do objeto deste **CONTRATO**, será fiscalizada por servidor da **CONTRATANTE**, formalmente designado pela Secretaria requisitante, que determinará, expressamente, o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto, no processo nº 0918/2014 e em tudo o mais que se relacione com o objetivo deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas, formalmente, pela **CONTRATADA**, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

**CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

1- A **CONTRATADA** será única, integral e exclusiva responsável em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão inerentes à execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

2- A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhorias, contribuições para-fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.



ESTADO DO RIO JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3- A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no processo nº 4096/2015

4- Caberá ainda a **CONTRATADA**:

- a)- Cumprir, rigorosamente, a execução deste **CONTRATO**, respeitando, integralmente, as normas determinadas pelo **CONTRATANTE**, aplicando máxima diligência no desempenho dos serviços ora contratados;
- b)- A **CONTRATADA** compromete-se a disponibilizar os recursos humanos indispensáveis ao atendimento do objeto deste contrato;
- c)- Responsabilizar-se pelos encargos, vantagens e benefícios relativos aos seus empregados, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e homologado em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, pertinente à categoria profissional, resultantes da execução deste **CONTRATO**, recolhendo os impostos devidos nos prazos legais exigidos;
- d)- Responsabilizar-se por qualquer tipo de acidente de que sejam vítimas os seus empregados ou contratados quando em serviço;
- e)- Assumir responsabilidade por danos e prejuízos, decorrentes dos serviços prestados, que forem ocasionados por seus funcionários e/ou prepostos;
- f)- Manter preposto no local das atividades, para representá-lo na execução, acompanhamento e fiscalização do objeto deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO.**

O presente **CONTRATO** vigorará pelo prazo de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período até o prazo máximo de 60(sessenta) meses, conforme estabelecido no artigo 57, §1º e 2º da Lei Federal 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A contagem do prazo contratual terá início no sai da assinatura do presente instrumento, servindo de ordem formal autorizando o início da execução contratual emitida pelo **CONTRATANTE**.

**PARÁFRAFO SEGUNDO** – O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, através de notificação prévia e por escrito, com antecedência mínima de 90(noventa) dias, nos termos da Lei Federal 8.666/1993.



ESTADO DO RIO JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATANTE** se obriga, desde já a notificar a **CONTRATADA**, com no mínimo, 60 dias de antecedência ao término da vigência do presente **CONTRATO**, sob pena de arcar com os custos inerentes à dispensa imotivada da mão de obra disponibilizada para a prestação de serviços em prol da **CONTRATANTE**, e, regime da Consolidação das Leis do Trabalho, dentre outras, são elas:

- a)- Aviso Prévio
- b)- Multa de 40% sobre o saldo do FGTS

**CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO.**

O valor total global dos serviços objeto do presente **CONTRATO** é de **R\$ 260.000,00** (Duzentos e sessenta mil reais), contra a apresentação da aferição dos serviços prestados no respectivo mês.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA** deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 30º (trigésimo) dia da data final do período do adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido ao Secretário/Prefeito Municipal, através de Protocolo, localizado no endereço constante do presente contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO –** Os pagamentos devidos à **CONTRATADA** serão processados e efetuados de acordo com cronograma de desembolso, no prazo de 5(cinco) dias, a partir da data de apresentação da documentação de cobrança, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes.

**PARÁGRAFO TERCEIRO –** O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no parágrafo segundo, e, desde que o atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, será acrescido de juros de 0,5% ao mês, *pro rata die*.

**PARÁGRAFO QUARTO –** O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o parágrafo terceiro, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da **CONTRATADA**.



ESTADO DO RIO JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**PARÁGRAFO QUINTO** – Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à **CONTRATADA**, em prazo inferior ao previsto, será descontado da importância devida, 0,5%, *pro rata die*.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à **CONTRATADA**, para fins de substituição.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE.**

O valor ora pactuado não poderá sofrer reajustes, conforme legislação vigente, podendo, excepcionalmente, nos casos previstos no Art. 65 da Lei 8.666/1993.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, as penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais disposições legais e complementares vigentes, em especial as seguintes sanções.

- 1- Pelo atraso injustificado na execução do objeto do contrato, aplicar-se-á multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, e juros de 1% (um por cento) ao mês, pela permanência do atraso ou fraca equivalente, incidindo sobre o valor total da multa;
- 2- Pela inexecução parcial ou total, aplicar-se-á;
  - a)- Advertência;
  - b)- Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato;
  - c)- Demais sanções previstas na Lei 8.666/1993;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As multas moratórias e administrativas poderão e serão aplicadas cumulativamente, ou não, bem como para a aplicação desta, necessário que esta seja precedida por notificação a **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO.**

Este **CONTRATO** poderá ser rescindido de pleno direito pelo **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, mediante notificação judicial ou extrajudicial com antecedência



ESTADO DO RIO JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

mínima de 30 (trinta) dias, nos casos e formas previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No caso deste **CONTRATO** vir a ser rescindido por dolo ou culpa da **CONTRATADA**, e tal fato provocar danos ao **CONTRATANTE**, será promovida a responsabilidade da **CONTRATADA**, visando ressarcimento dos danos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – São casos de rescisão deste **CONTRATO**:

- a)- O não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das cláusulas deste **CONTRATO**;
- b)- O atraso injustificado da entrega dos serviços ou no início dos mesmos, ou a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- c)- A cessão da posição contratual;
- d)- O desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- e)- Razão de relevante interesse público determinado pelo **CONTRATANTE**;
- f)- A ocorrência de caso fortuito, impeditivo da execução do **CONTRATO**;
- g)- A dissolução da sociedade **CONTRATADA**, alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que prejudiquem a execução do **CONTRATO**;
- h)- A suspensão da execução contratual, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120(cento e vinte dias), salvo motivo de força maior.
- i)- Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, salvo motivo de força maior;
- j)- A não liberação pelo **CONTRATANTE**, de áreas ou locais ou objetos essenciais ao cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Fica facultado ao **CONTRATANTE**, em não optando pela rescisão, aplicar as sanções previstas no artigo 87 e inciso I e II da Lei Federal 8.666/1993, assegurado à **CONTRATADA**, prévia defesa.

**PARÁGRAFO QUARTO** – De qualquer penalidade que venha a ser imposta à **CONTRATADA** caberá recurso, na forma da legislação aplicável e, pedido de reconsideração, ao Prefeito do Município de Paracambi, representante do **CONTRATANTE**, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA - RECEBIMENTO DO OBJETO.**

Executado o **CONTRATO**, o seu objeto será recebido:

- a)- Provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15(quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;
- b)- Definitivamente, por serviço ou comissão designada para este fim, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação de 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação escrita da **CONTRATADA**, a que se refere o subitem anterior.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RENUNCIA DOS DIREITOS.**

O não exercício de direito previsto neste **CONTRATO**, por qualquer das partes, não apresentará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO.**

Obriga-se o **CONTRATANTE** a mandar publicar no Diário Oficial do Município de Japeri o extrato do presente **CONTRATO**, às suas expensas, no prazo legal, para dar-lhe a devida eficácia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

As despesas decorrentes deste **CONTRATO** correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias: programa de trabalho nº 09.01.01.004.122.0006.2009, elemento de despesa nº 33.90.39.00.00.00.00.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS.**

Os casos não previstos neste **CONTRATO** serão resolvidos de comum acordo entre as partes, através de Termo Aditivo, no que couber e no que a legislação permitir.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO.**

Fica eleito o foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente em 3(três) vias de igual teor, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus





ESTADO DO RIO JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém, assinado pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

Paracambi, 09 de setembro de 2015.

  
**TARCISO GONÇALVES PESSOA**  
**PREFEITO**  
**CONTRATANTE**

  
**L. F. ANCHITE NETO ME**  
**JULIANA DE CASTRO PAIVA**  
**CONTRATADA**

**21.004.012/0001-64**

**L. F. ANCHITE NETO - ME**

R. Capitão Domingos Antonio Carvalho, 173  
Casa 01 - Matadouro - CEP 27.115-080

**BARRA DO PIRAÍ - RJ**

Testemunhas:

  
\_\_\_\_\_;

CPF: 377.260.067.15 ; \_\_\_\_\_

Testemunhas:

\_\_\_\_\_;

CPF: \_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_